

MÃO-DE-OBRA

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO SUBEMPREGO NO
NORDESTE BRASILEIRO*

*Assuero Ferreira***

Resumo: Neste artigo o autor procura mostrar que, apesar das mudanças ocorridas na estrutura produtiva do Nordeste, principalmente as de natureza urbano-industrial, permanecem as condições de subemprego urbano e rural, em níveis críticos. Sem dúvida, esta situação decorre do fato de que subsistem elementos estruturais que podem ser caracterizados pelo inter-relacionamento dos fatores de: a) estagnação, notadamente no setor agrário, embora se possam verificar focos de modernização no mesmo, mas quase sempre capital-intensiva, a par de uma pecuarização extensiva; b) modernização ocorrida em maior escala no setor urbano-industrial, sendo que a tecnologia industrial implantada foi capital-intensiva, a qual, por sua vez, estava condicionada à reprodução hegemônica já em curso no País, o que retiraria, em termos regionais, a autonomia de escolha da técnica. Ademais, a recente conjuntura desfavorável, determinada pela prolongada estiagem na Região e pela recessão por que vem passando a economia nacional, está agravando sensivelmente o problema.

INTRODUÇÃO

Os últimos vinte anos foram um período fértil de transformações da estrutura econômica do Nordeste. Ademais, não se pode negar o fato de que estas transformações foram decorrentes, fundamentalmente, da política de planejamento implementada na Região, através do mecanismo de incentivos fiscais, notadamente, nos seus aspectos urbano-industriais.

Neste sentido, o que se constata é a emergência de setores considerados dinâmicos, redefinindo o perfil industrial, destacando-se os de Química, Minerais Não-metálicos, Metalúrgicos e Mecânica, reduzindo, relativamente, a influência de setores tradicionais, como os de Têxtil e Produtos Alimentares, tanto no que se relaciona à geração de renda quanto do emprego.

* Este artigo é o resultado de um capítulo da pesquisa "Custos e Absorção de Mão-de-obra na Indústria de Transformação do Nordeste", realizada no CAEN, pelo autor, e que contou com o apoio financeiro do BNB. Os conceitos e opiniões aqui emitidos, todavia, são de responsabilidade do autor.

** Professor do Curso de Mestrado em Economia – CAEN – UFC.

Mesmo assim, estas modificações não foram suficientes para romper de forma consistente com as condições precárias do emprego, em geral, tanto a nível urbano quanto rural.

Isto porque certos elementos de cunho estrutural subsistiram, e subsistem, no processo, determinando, em escala apreciável, a "resistência" à solução da problemática econômico-social que vem sendo sujeita à intervenção estatal.

É fato plausível que o setor agrário permaneceu sustentando um imobilismo relativo no tocante às suas relações produtivas, engendradas no complexo latifúndio-minifúndio. Ademais, os possíveis "focos de modernização" têm-se verificado serem capital-intensivo, e. g. os projetos de irrigação de médio e grande portes, a par de uma pecuarização extensiva que decorre da política de crédito agrícola, disseminada a nível regional.

Por outro lado, se as modificações ocorridas foram decorrentes, em sua maior amplitude, da expansão industrial, é fato notório que a inserção tecnológica efetivada assumiu um caráter intensivo de capital. Deve-se reconhecer, porém, que este processo foi induzido, em seus aspectos relevantes, pela subordinação da atividade econômica regional à reprodução do capital a nível nacional, que, em última instância, determinaria as suas formas hegemônicas já em curso e caracterizadamente oligopólicas.

Este último ponto deve ser frisado no sentido de contrapor-se à idéia de alguns autores, como Goodman, Sena e Albuquerque,¹ que concluem terem sido os diferenciais de preços relativos dos fatores de produção, favorecendo o capital, por este ter sido subsidiado, que determinaram a escolha tecnológica. Este tipo de raciocínio apenas ressalta um fato por demais óbvio e não explica a essência da questão. O que deve ser visto, é em que medida poderia haver uma maior opção tecnológica, frente à natureza induzida da implementação industrial. Vale dizer, a adoção tecnológica estaria, necessariamente, condicionada às próprias condições da reprodução do capital, a nível nacional, cuja representatividade dinâmica se localizava, fortuitamente, na região Sudeste. Portanto, a penetração no Nordeste deveria ocorrer respeitando esta estrutura reprodutiva, pois deveria ter em conta a sua viabilização em termos de competitividade intercapitalista.

¹ Cf. Goodman, D., Sena, J.F.F. e Albuquerque, R.C. de – "Os Incentivos Financeiros à Industrialização e a Escolha de Tecnologias". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v(1) n (2), 1971, pp. 329-65.

O que se pretende, portanto, neste artigo é analisar esses inter-relacionamentos estruturais, que se constituem nos elementos principais de sustentação do problema crítico do subemprego na Região.

Para isto, numa primeira parte, estabelece-se uma colocação metodológica, para em seguida traçar um quadro da situação recente, chamando-se inclusive a atenção para o agravamento do problema frente à atual fase conjuntural desfavorável.

2 – A QUESTÃO DO SUBEMPREGO NO NORDESTE, UM MARCO ANALÍTICO

A perspectiva do planejamento econômico do Nordeste emanado das diretrizes estabelecidas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN),² tinha como objetivo fundamental a eliminação dos enclaves de pobreza inseridos tanto a nível urbano quanto rural. Isto deveria ocorrer via modificações técnicas compatíveis do setor agrário *vis-à-vis* à implementação industrial diferenciada e integrada à produção de matérias-primas regionais, que possibilitasse aumentos significativos de produtividades, cujas transferências na forma de rendimentos viessem a proporcionar melhores condições de vida para a população.

Uma das constatações básicas do GTDN³ era a de que "...nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar" e, no Semi-árido "... as medidas de curto e longo prazos têm contribuído para fixar na Região um excedente demográfico crescente, sem modificar em nada os dados do problema".

Desse modo, a evidência do problema do subemprego era sobremaneira importante na medida em que condicionava os níveis críticos de pobreza na Região. A solução desta problemática deveria se dar, em suas grandes linhas, através de uma intensificação da industrialização concomitante a transformações técnicas do setor agrário.

² Este Grupo foi organizado no governo Kubitschek e tinha por objetivo delinear, em conteúdo e forma, uma política de intervenção sócio-econômica na Região. Como decorrência, foi elaborado um documento denominado "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", a partir do qual foram traçados os planos diretores iniciais, da SUDENE.

³ Cf. GTDN – "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", in Versiani, F. R. e Mendonça de Barros, J. R. (organizadores) *Formação Econômica do Brasil*. Edição Saraiva, Série ANPEC, 1977, pp. 296-97.

O ponto de vista encerrado nesta tese era o de que os diferenciais de crescimento inter-regional poderiam ser superados por meio de uma intervenção globalizante que intensificasse, ou aprofundasse, os níveis de investimento, adequando o aparato produtivo regional às necessidades da acumulação mais dinâmica já em curso no País.

Sem embargo, a resultante fundamental da efetivação do planejamento econômico do Nordeste, para usar o termo em voga na época da "Operação Nordeste", foi o assentamento do projeto urbano-industrial proposto, como já se chamou a atenção anteriormente.

Agora, o que se pretende verificar é em que medida este projeto, direta ou indiretamente, logrou êxito na tentativa de solucionar a questão do subemprego/desemprego na Região.

Em primeiro lugar, o ponto principal a ser detectado, é que o chamado desemprego aberto, na Região, não assume proporções significantes. De fato, de acordo com a PNAD⁴ de 1972, a taxa de desemprego aberto situava-se em torno de 2,7%, sendo que a mesma era de 0,3% para as atividades agrícolas e de 3,3% para atividades não-agrícolas; ademais, a PNAD⁵ de 1977 revelava a mesma em torno de 2,0%, sendo 0,4 e 3,8% para os setores rural e urbano, respectivamente.

Este fenômeno, como sói acontecer em regiões subdesenvolvidas, é perfeitamente explicável e se insere na perspectiva de que a permanência naquele tipo de desemprego se constitui num fenômeno circunstancial, na realidade uma excepcionalidade, no dizer de Stewart e Streeten,⁶ uma vez que os níveis de pobreza são tão alarmantes que as grandes massas populacionais não podem permanecer desocupadas, totalmente.

Portanto, a problemática que se coloca com maior evidência é a da subutilização da força de trabalho ou do subemprego.

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – V Região – FIBGE. 4º Trimestre de 1972.

⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – V Região – v. (2). Tomo 5. FIBGE. 1979.

⁶ Cf. Stewart, F. e Streeten, P. – "New Strategies for Development: Poverty, Income Distribution, and Growth". Oxford Economic Papers (New Series). V (28), n (3), 1976, p. 381.

É fato incontestável que, nas economias desenvolvidas, o subemprego da força de trabalho emerge com maior intensidade nos períodos de baixa do ciclo econômico, com a retração da atividade produtiva, relacionando-se assim, mais dependentemente, com causas de natureza conjuntural.

No caso das economias subdesenvolvidas, porém, o problema evidencia-se por ser de decidida permanência, atrelado a causas eminentemente estruturais.⁷

A experiência histórica desses últimos países tem demonstrado que, por maior que seja o esforço de industrialização efetivado, não têm havido maiores êxitos na solução do problema.

Não é objetivo explorar aqui mais a fundo este problema, pois o mesmo tem sido alvo de uma vasta literatura explicativa. Apenas, de passagem, deve-se ressaltar que, sendo o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos intrinsecamente dependente, se estabeleceu pouca margem de manobra e autonomia na escolha apropriada, tanto do perfil industrial instalado quanto da natureza tecnológica.

Mesmo que se observem expansões industriais significativas e, de algum modo, gerando significativos volumes de emprego, o problema está em que as descontinuidades estruturais da economia permanecem e os seus ajustes ou são muito drásticos ou muito lentos, variando setorialmente, com maior ou menor intensidade.

Assim, o excedente populacional a nível dos maiores centros urbanos, os quais, via de regra, também concentram em maior escala a atividade produtiva, tenderá a ser aumentado por conta dos fluxos migratórios, tanto no sentido rural-urbano, quanto urbano-urbano. No caso do fluxo rural-urbano, este ocorre, determinado, principalmente, por dois fatores: (a) permanência de relações produtivas atrasadas, que determinam uma relativa estagnação a nível do campo e que concorrem decisivamente para expulsão de grupos populacionais no sentido das áreas que exibem uma maior dinâmica comparativa; (b) inserção tecnológica com maior intensidade de capital e/ou mudanças de atividades produtivas, que induzem à formação de excedentes relativos

⁷ Não se quer afirmar, com isto, que causas conjunturais não determinem situações de subemprego, nestas economias. Na verdade, elementos de natureza conjuntural recessiva vão acirrar esta situação; contudo, o elemento típico, permanente, é de caráter estrutural.

de mão-de-obra a nível setorial,⁸ contribuindo, assim, para incrementar os fluxos migratórios, com direcionamento urbano.⁹

Por outro lado, quando se trata dos fluxos urbano-urbano, estes ocorrem em função de uma hierarquia dos centros em que as cidades primazes exercem papéis catalizadores, de vez que a existência de uma maior concentração da atividade econômica nas mesmas são os elementos básicos de atração, enquanto que a incipiência nas menores cidades constitui os elementos de repulsão. É claro que, novamente, os fatores de estagnação e mudanças, atuando em separado ou concomitantemente, são os maiores responsáveis pelo movimento.

Assim, são elementos estruturais que determinam, em última instância, os fatores de repulsão e atração, caracterizando os fluxos migratórios como manifestação da própria dinâmica econômica, e, portanto, expressam um conteúdo predominantemente social. Este ponto de vista vai de encontro às teses que consideram a individualização do migrante, ficando a explicação na superfície do problema e vendo o seu movimento apenas como decorrência de motivos psicológicos, determinados a partir da grande cidade.

Na região Nordeste, esta questão é sobremaneira agravada e determinada, principalmente, pela importância que adquire a pequena propriedade agrícola na absorção da mão-de-obra setorial. Pois, como demonstram trabalhos relativos às relações de produção no setor, é nos estabelecimentos agrícolas de menos de 10 ha que se concentra a maior parte do emprego agrícola, sendo que prevalece nos mesmos a utilização da mão-de-obra familiar, que exerce uma sensível pressão demográfica setorial, a par de uma organização produtiva pouco desenvolvida capitalisticamente.¹⁰

Corroborando este sentido, observa-se que, de acordo com o Censo Demográfico de 1970, 16% da PEA agrícola do Nordeste era constituída de

⁸ Por exemplo, a substituição da produção de alimentos por implantação de pecuária extensiva. Ou mesmo, a substituição de culturas por outras concomitantes à introdução tecnológica intensiva.

⁹ Para um tratamento analítico destes fatores, que podem ser denominados “fatores de estagnação e de mudança”, respectivamente, ver: Singer, P. – “Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina” in Economia Política de Urbanização. 3a. edição, Ed. Brasiliense – CEBRAP, 1976, pp. 70-71.

¹⁰ Cf. Rezende, G. C. de – “Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste”. Pesquisa e Planejamento Econômico v (9), n (1), 1977, pp. 33-82, e Carneiro, R. – “Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste”. Revista de Economia Política v (2), n (5), 1982, pp. 123-38.

pessoas não-remuneradas, as quais tinham como intervalo de idade modal o de 10 a 19 anos; para o ano de 1980, o que se vai verificar é um ligeiro acréscimo desta condição de trabalho (16,7%), de acordo com as informações censitárias daquele ano.

Assim, este componente da força de trabalho agrária tende a ser sobremaneira importante na consubstanciação dos fluxos migratórios no sentido urbano, que vão adicionar-se ao volume de subempregados já existentes, constituindo-se, dessa maneira, uma problemática de difícil solução, principalmente, quando vista somente pela ótica do emprego industrial, direto ou indireto.

Neste ponto, cabe uma breve digressão metodológica, no sentido de estabelecer uma exploração empírica da questão.

A medição dos níveis de subemprego no estágio atual da pesquisa pertinente, de certa forma, suscita controvérsias, sobretudo, devido à incipiente conceitual, o que implica em algumas impossibilidades empíricas e que apenas são solucionadas aproximativamente.¹¹

Sobrepassado este ponto, admitem-se analiticamente quatro formas de subutilização, a saber:

- a) desemprego aberto: definido como a parte da PEA que se encontra desocupada e está procurando emprego;
- b) subemprego visível: parte da PEA que não trabalha em "tempo integral", mas que deseja trabalhar em tal regime;
- c) subemprego invisível: subconjunto da PEA que embora estando ocupado, as suas atividades, em geral, não expressam um nível mínimo de produtividade considerado conveniente, seja por inadequação profissional ou técnica, seja pelas próprias condições físicas e/ou sociais de organização do trabalho;
- d) mão-de-obra não-remunerada: definida como a fração da PEA que

¹¹ Cf. PREALC-OIT – Técnicas de Planificación del Empleo.
PREALC. Santiago-Chile, 1981. Mimeografado. Cap. 1.

trabalha produtivamente mais que um determinado número de horas sem, contudo, auferir renda, diretamente.¹²

Vê-se, assim, que as características da subutilização, sentido *lato*, envolvem tanto a desocupação total, quanto a ocupação parcializada decorrente das condições de trabalho.

No tocante ao Subemprego Visível, segundo as pesquisas domiciliares mais acuradas, tem sido constatado situar-se em torno de 5%¹³ e, neste modo, não será considerado neste trabalho.

Como decorrência da dificuldade de medir-se o nível de produtividade das pessoas envolvidas no processo da atividade econômica, requer-se uma *proxy* da mesma, mais acessível; via de regra, toma-se uma certa norma da renda, abaixo da qual as pessoas aí situadas são consideradas como estando em condições de subemprego invisível.¹⁴ Em certa medida, há uma dose de arbitrariedade nesta escolha, embora tenha-se avançado neste sentido, estabelecendo-se o custo de uma cesta mínima de bens como norma para a renda, o que permite comparações interpopulacionais. Na realidade, com este tipo de medida pode-se correr o risco de confundir os conceitos de subemprego com os de pobreza relativa.

Contudo, se é admitida a hipótese, perfeitamente plausível, de que o determinante, em maior escala, da pobreza são as condições de subemprego vigentes, a medida torna-se perfeitamente factível.

Neste trabalho, consideram-se para efeito de caracterização do subemprego as categorias de Desemprego Aberto, Subemprego Invisível e Mão-de-obra Não-remunerada.

Para uma medida do Subemprego Invisível, a norma adotada foi de 1/2

¹² Nas pesquisas da FIBGE, consideram-se atualmente aquelas pessoas da PEA que trabalham pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a pessoa do domicílio ou ainda a instituição religiosa, de caridade ou beneficiante.

¹³ Cf. PREALC. Op. Cit., p. 13. A título de informação, os cálculos baseados em informações secundárias, tais como, censos ou enquetes familiares, geralmente sofrem do problema de dupla contagem, quando estão envolvidas as várias categorias de subemprego.

¹⁴ Por hipótese, admite-se, subjacente, a existência de uma relação direta entre renda pessoal e produtividade, as quais estão ligadas, diretamente, ao processo de trabalho.

(meio) salário mínimo, sendo este o maior do País, vigente na época da referência da pesquisa.

A justificativa para este procedimento é feita, admitindo-se que, em trabalho recente, Prado e Macedo¹⁵ estimaram os mínimos de subsistência anuais para o Nordeste, os quais, transformados em médias mensais e corrigidos a preços de agosto de 1977,¹⁶ situam-se em torno da metade do maior salário mínimo vigente àquela época.¹⁷

As estimativas constantes do Quadro anterior, conduzem às seguintes afirmações básicas:

- a) as atividades agrícolas apresentam, confirmando as expectativas, a maior intensidade do coeficiente de subutilização;¹⁸
- b) o desemprego aberto é mais expressivo nas atividades não-agrícolas, expressando a pertinácia do problema nos meios urbanos;
- c) a queda do coeficiente de subutilização no período 1977-80 é consequência, em maior intensidade, da retração da utilização da Mão-de-obra Não-remunerada no meio rural.

Como já foi esboçado anteriormente, a rigidez da estrutura agrária, no que se relaciona à estrutura de uso e posse da terra e, consequentemente, das relações de produção, imprime uma dinâmica econômica incipiente e, portanto, o emprego produtivo da força de trabalho se realizará subordinado a estas condições.

Assim, o que indicam as estimativas é que o problema do subemprego nas áreas rurais é mais intenso que nas áreas urbanas, e esta diferença se deve,

¹⁵ Cf. Prado, E. F. S. e Macedo, R. B. M. – Dimensão Regional da Pobreza: Um Reexame do Problema do Nordeste Brasileiro. Relatório de Pesquisa. FIPE-BNB-SUDENE. Abril, 1980 (mimeografado).

¹⁶ De acordo com o Índice de Custo de Vida da cidade do Recife, calculado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife-Pernambuco.

¹⁷ Na verdade, estes valores calculados representam 95,6 e 73,6% da norma adotada para os setores urbanos e rurais, respectivamente. Ressalve-se que esta norma é tão-somente uma indicação inicial e a sua adoção com base num "mínimo de subsistência" *per capita* é um modo de não se assumir uma posição mais arbitrária.

¹⁸ Aqui definido como o somatório das taxas de desemprego aberto, subemprego invisível e mão-de-obra não-remunerada.

3 – AS EVIDÊNCIAS RECENTES DO SUBEMPREGO

BRASIL – REGIÃO NORDESTE
Estimativa do Desemprego Aberto e Subemprego
1977-1980

Discriminação	Anos			
	1977		1980	
	(1.000 Pes- soas)	%	(1.000 Pes- soas)	%
PEA: Atividades Agrícolas	<u>5.505</u> ^a	<u>100,0</u>	<u>5.629</u>	<u>100,0</u> ^b
Desemprego Aberto	22	0,4	31	0,6
Subemprego Invisível	1.420	25,8	1.669	29,7
Mão-de-obra Não-re- munerada	1.657	30,1	954	16,7
Subtotal	<u>3.099</u>	<u>56,3</u>	<u>2.654</u>	<u>47,7</u>
PEA: Atividade Não-agrícolas	<u>4.834</u> ^a	<u>100,0</u>	<u>5.825</u>	<u>100,0</u> ^b
Desemprego Aberto	184	3,8	258	4,4
Subemprego Invisível	1.025	21,2	1.093	18,8
Mão-de-obra Não-re- munerada	174	3,6	337	5,8
Subtotal	<u>1.383</u>	<u>28,6</u>	<u>1.688</u>	<u>29,0</u>
PEA: Regional	<u>10.339</u> ^a	<u>100,0</u>	<u>11.454</u>	<u>100,0</u>
Desemprego Aberto	206	2,0	289	2,5
Subemprego Invisível	2.445	23,6	2.762	24,1
Mão-de-obra Não-re- munerada	1.831	17,7	1.291	11,3
Total	4.482	43,3	4.342	37,9

Fonte: PNAD – 1977 e Censo Demográfico 1980 – Tabulações Avançadas – FIBGE.

Notas: (a) estimativa do autor; (b) desagregado do total regional, observando-se a tendência histórica, de acordo com as PNAD's.

principalmente, ao uso de mão-de-obra não-remunerada que, pelo ressaltado anteriormente, é consequência primordial da exploração agrícola familiar na pequena propriedade.

Por outro lado, embora as diferenças não sejam tão grandes entre o subemprego invisível rural e urbano, a sua existência indica não só os diferenciais de produtividade, e consequentemente de renda, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, mas também a forma de inserção no processo de trabalho. É claro que, se a agricultura de subsistência praticada, via de regra, nas pequenas propriedades resulta em baixos níveis de produtividade, dadas as condições precárias de solo, de disponibilidade tecnológica e de recursos, já nas médias e grandes propriedades, em maior intensidade nas últimas, verifica-se que, embora o emprego não-familiar assuma maiores proporções,¹⁹ ainda assim as relações de produção estabelecidas são bastante atrasadas e “desprotegidas”, do ponto de vista do trabalhador resultando em baixos níveis de produtividade e de renda, respectivamente.

Do ponto de vista das avaliações temporais, verifica-se que o coeficiente de subutilização apresenta uma retração para as atividades agrícolas, entre 1976 e 1980.²⁰

Mas, esta queda se deve, tão-somente, a uma diminuição no uso da força de trabalho não-remunerada, pois, nas demais categorias, verifica-se um incremento, sendo mais relevante na do subemprego invisível.

Uma explicação parcial para este fato é que, entre 1977 e 1980, a região Nordeste, praticamente, vinha atravessando dois anos de secas e, como se frisou anteriormente, a idade modal da mão-de-obra não-remunerada se localiza no intervalo abaixo de 19 anos, portanto, uma faixa de idade, nestas áreas, com mais alto potencial de migração. Este fato é, possivelmente, o maior responsável pela contração do índice, do que, propriamente, mudanças nas condições de trabalho que implicassem numa melhoria das condições de emprego neste setor. Por outro lado, as secas, ao diminuírem sensivelmente a atividade agrária, conduzem a um aumento tanto do desemprego aberto quanto do subemprego invisível, dando uma clara indicação de que os programas emergenciais não são muito eficazes, pelo menos no sentido

¹⁹ Cf. Rezende op. cit., pp. 41-42.

²⁰ Através de um teste qui-quadrado, ao nível de significância 5%, verificou-se não se poder aceitar a hipótese de que a estrutura de emprego da PEA agrícola em 1976 seja igual à de 1980. Daí, poder aceitar-se as modificações ocorridas entre os dois períodos.

de manter o nível de emprego rural e, consequentemente, servir como instrumento de fixação do homem no setor, tal como se propõe.

Quando se trata das atividades não-agrícolas, embora se possam considerar diferenciações significativas na forma e conteúdo da estrutura do emprego, na realidade, existe uma estreita ligação entre esta e a do setor rural.

Como foi destacado anteriormente, a rigidez da estrutura agrária, no que se refere a relações produtivas, determina fatores de estagnação, que culminam num processo de repulsão, mais ou menos intenso, da força de trabalho que vai constituir-se num elemento vigoroso de pressão sobre o mercado de trabalho urbano; por outro lado, e do mesmo modo, atuam os fatores de mudanças na medida em que as transformações ocorridas são, intrinsecamente, poupadoras de mão-de-obra, tais como a mecanização agrícola e a pecuarização extensiva.

No caso da região Nordeste, o que se tem observado, comumente, é que os fatores de mudança estão associados em maior proporção à pecuarização extensiva. Assim, é de se esperar que o aumento do emprego no setor venha ocorrendo devido, principalmente, a uma expansão da área cultivada, e não por incremento da produtividade como resposta de uma maior dinâmica setorial.

É claro que as pressões demográficas no meio urbano estão intimamente associadas a este fato e, de certo modo, respondem pela exacerbação da chamada urbanização desigual que, em outros termos, significa a formação das populações marginais a nível das cidades. Não constituem, propriamente, o que se denomina, na análise marxista, exército industrial de reserva, uma vez que as pressões exercidas sobre o sistema produtivo, em geral, exigem certos requerimentos de especialização que estes contingentes não expressam. Contudo, deve-se admitir que, de algum modo estas pressões podem, e devem ocorrer, em setores de entrada, como a construção civil, por exemplo.

O problema é que, a nível urbano, a reprodução da força de trabalho se torna mais elevada, em termos de meios de subsistência, o que concorre, decisivamente, para a emergência de certas estratégias de sobrevivência, frente à impossibilidade dinâmica de o sistema produtivo, organizado capitalisticamente, absorver, em escala compatível, a oferta de força de trabalho.

Daí, surge de certa forma uma segmentação bastante complexa no mercado de trabalho, e esta se dá exatamente na perspectiva do modo como

se organiza a atividade produtiva, seja pela extensividade/diversidade e/ou pela natureza da inserção tecnológica.

Assim, mesmo que se constitua como forma de estratégia de sobrevivência o chamado “mercado informal” a partir das populações marginais, na realidade, parte substancial do mesmo deve ser considerada como *status*, na medida em que o espaço não é penetrado por formas capitalistas mais avançadas, seja tanto produtiva, quanto comercial e de serviços.

Ademais, constata-se que, ao nível do setor organizado capitalisticamente, subsiste uma reserva de força de trabalho que tanto pode ser encontrada em situação de subemprego, quanto em nível de desemprego aberto.

Não há dúvida de que as formas de pressões exercidas sobre o mercado de trabalho ocorrerão de maneira diversa, contudo, persistentemente. Ao nível dos subempregados, caracterizados no segmento da mão-de-obra não-remunerada, por este se constituir numa população mais jovem e, possivelmente, com maior acesso ao sistema escolar, as pressões se dão de forma quase indireta, mas nem por isto deixa de ter importância como reserva de força de trabalho. Por outro lado, ao nível dos que se encontram em face do desemprego aberto, estas pressões se fazem de maneira direta e assumem maior determinação na formação de um repositório de força de trabalho disponível ao setor organizado capitalisticamente e, consequentemente, influindo mais decisivamente sobre a taxa salarial aí vigente.

Como se pode verificar, de acordo com os indicadores do Quadro anterior, o nível de desemprego aberto Urbano na Região exibiu um crescimento,²¹ passando de uma taxa de 3,8 para 4,4%, entre 1977 e 1980, o que se constitui, considerando-se a estrutura do emprego no Brasil, uma proporção relativamente alta.

De fato, se se considera para o ano de 1980, segundo os dados do Censo Demográfico, a proporção do desemprego aberto urbano no Nordeste, vê-se que esta representava cerca de 32% do desemprego aberto urbano estimado para o Brasil. No ano de 1977, de acordo com a PNAD, verifica-se que esta proporção era 21%, o que dá uma idéia do agravamento do problema, a nível nordestino, no contexto nacional.

²¹ O mesmo teste considerado na nota 20 foi realizado para a estrutura do emprego urbano, chegando-se à conclusão de que se podem admitir as diferenciações intertemporais observadas.

Outro fato a destacar, a nível urbano, é que, enquanto se observou uma retração da taxa de subemprego invisível, verificou-se um incremento da taxa de mão-de-obra não-remunerada. Este resultado, contudo, não é muito alentador, principalmente, levando-se em consideração que o nível absoluto do subemprego invisível esboça, ainda, uma tendência positiva. Essa tendência deve ter-se agravado na atual fase conjuntural recessiva, tanto como reflexo da própria situação econômica nacional, como consequência da prolongada estiagem pela qual vem passando a Região, cujos efeitos sobre o processo migratório, no sentido campo-cidade, tende a incrementar os bolsões marginais urbanos.

De fato, verifica-se, neste sentido, de acordo com a sondagem conjuntural da Fundação Getúlio Vargas junto à indústria de transformação sediada no Nordeste, que, para os meses de janeiro, abril, julho e outubro de 1981, a utilização média de capacidade era estimada em torno de 82, 66, 70 e 75%, respectivamente; contudo, para o mês de janeiro de 1982, esta foi estimada em 75%.²² É óbvio que o quadro econômico nacional e, consequentemente, o regional, não indica no curto prazo maiores perspectivas de recuperação e, mesmo que se verifique alguma melhora, é de se esperar que ocorra tão-somente com reaproveitamento da capacidade já instalada, sem que se registrem aumentos significativos de formação de capital, o que, sem embargo, gera um novo desequilíbrio na absorção da mão-de-obra que vem adentrando o mercado de trabalho.

Corroborando, um pouco mais, esta idéia, verifica-se que o índice de emprego nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, considerando-se como base o ano de 1980, decresceu no ano de 1981 nos setores industrial e de comércio; na construção civil, apenas a Região Metropolitana do Recife experimentou um ligeiro incremento, enquanto que, para as outras duas, ocorreu um decréscimo. Por outro lado, o setor de serviços exibiu um leve incremento ao emprego sem que, contudo, chegue a compensar as outras perdas setoriais para o total do emprego, exceção feita a Salvador, que apenas conseguiu, em termos globais, o nível proporcional do emprego do ano de 1980.²³

²² Cf. Conjuntura Econômica. FGV, v (36), n (3), 1982.

²³ Banco Central do Brasil – Relatório 1981. V (18), n (2). Quadro 17, p. 26.

4 – CONCLUSÕES

Embora se tenham constatado, nos últimos vinte anos, mudanças significativas no perfil sócio-econômico do Nordeste, verifica-se a pertinácia do problema do subemprego e, consequentemente, da pobreza a nível regional.

Sem dúvida, as transformações ocorridas, notadamente aquelas de natureza urbano-industrial, se deram sem que fossem conseguidos maiores êxitos no seu foco de assincronia fundamental, que é o setor agrário.

Assim, é que as relações produtivas ali desenvolvidas, por seu caráter atrasado, a par do fato de que as possíveis formas de modernização têm sido extremamente perversas no que se relaciona à absorção de mão-de-obra, tal como a pecuarização extensiva, continuam e até têm acirrado a determinação dos altos níveis de subemprego *vis-à-vis* à expulsão de mão-de-obra no sentido campo-cidade, consubstanciando os bolsões marginais urbanos já existentes.

Desse modo, constata-se que em 1980 cerca de três oitavos da força de trabalho se encontrava em situação de subemprego/desemprego. Ou seja, com uma PEA representando 26% da PEA nacional, o Nordeste detinha 46,8% do subemprego/desemprego do País. Esta situação deve ter-se agravado substancialmente devido ao fato de que a Região, além de sofrer os reveses de uma conjuntura recessiva nacional, vem passando por um prolongado período de estiagem, que se estende desde 1979.

A questão que suscita uma interrogação é: se, efetivamente, a intervenção econômica no Nordeste ocorreu de modo a alterar o seu perfil industrial de forma sensível, inclusive com uma formação bruta de capital fixo inusitada, por que a permanência ou até agudização, dos níveis de pobreza crítica, como decorrência das formas de inserção no processo de trabalho, a nível regional?

As respostas, podem ser dadas em vários sentidos. De alguma forma, tenta-se atribuir o fato de que a indústria implantada foi de natureza capital-intensiva, tendo em vista que subsídio ao capital criou uma desfavorabilidade nos preços relativos do trabalho. Em outros termos, a escolha da técnica se deu no sentido de privilegiar uma tecnologia menos absorvedora de mão-de-obra e, consequentemente, o volume de emprego não cresceu numa proporção tal que absorvesse as crescentes disponibilidades de força de trabalho a nível urbano.

Quanto ao fato de que a indústria implantada foi capital-intensiva, não há a menor dúvida. Contudo, não há nenhum apoio analítico significativo que conduza à conclusão de que esta escolha foi baseada levando-se em consideração os preços relativos dos fatores. Na verdade, este tipo de análise carece de maior embasamento estrutural, deixando, ou passando por alto, a forma de inserção envidada na Região à reprodução do capital a nível nacional.

Ao não se considerar este fato, perde-se a perspectiva de determinação tecnológica a partir da reprodução já em curso no País e, portanto, o caráter da competitividade intercapitalista cujos requerimentos de processos técnicos e de produtos obedece a uma certa "rigidez", a qual é subordinada, em última instância, aos setores hegemônicos já estabelecidos.

Ademais, há de se considerar o fato de que as assincronias setoriais, e no caso específico do Nordeste estão relacionadas à expansão do setor agrário relativamente à do setor urbano-industrial, determinam, como já se analisou, fatores de repulsão e de atração, concomitantemente, que induzem a uma maior intensificação dos fluxos migratórios que, somados ao excedente da força de trabalho existente a nível urbano, limitam extremamente as possibilidades de que a via industrial possa vir a ser considerada como forma determinativa, e exclusiva, de expansão direta ou indireta do emprego, de modo significativo.

Em outros termos, o que se deseja afirmar é que a expansão industrial numa área periférica, seja a nível internacional ou intranacional, ocorre subordinada aos ditames do centro hegemônico da reprodução, que no Brasil localiza-se no Sudeste, e que esta subordinação é multifacetada nos aspectos tecnológicos, de produtos e de articulação financeira e comercial, deixando muito pouca margem de manobra, ou de autonomia, no interior do aparelho produtivo regional.

Abstract: In this article the author attempts to show that despite the changes which have occurred in the Northeast's productive structure, principally in the urban-industrial sector, critical levels of urban and rural underemployment still exist. Without a doubt this situation comes from the fact that structural elements continue which can be characterized by the interactions of the following factors: a) stagnation in the agricultural sector; even though centers of modernization in this sector exist, they are almost always capital-intensive and are offset by the expansion of livestock production throughout the region; b) the modernization which occurred on a large scale in the urban-industrial sector was based on a capital-intensive industrial technology, conditioned by the necessity of meeting national competition which removed the region's autonomy in relation to the choice of technology. Further, the recent unfavorable performance due to the prolonged drought in the region and the national recession has substantially aggravated the problem.

